



COMISSÃO DE TRABALHO

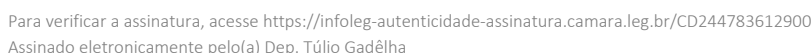
REQUERIMENTO N.º _____, DE 2023
(Do Sr. Túlio Gadêlha)

Requer audiência pública para debater o PL 3.263/2023 que trata sobre regulamentação das distâncias mínimas das plantações e dos depósitos de defensivos agrícolas armazenados ou aplicados em relação às moradias ou alojamentos cedidos aos empregados.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 24, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública a fim de debater o PL 3.263/2023 que trata sobre regulamentação das distâncias mínimas das plantações e dos depósitos de defensivos agrícolas armazenados ou aplicados em relação às moradias ou alojamentos cedidos aos empregados.

Para tanto, gostaria de sugerir os seguintes convidados, que poderão apresentar informações relevantes sobre o tema:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 1) Representação da Secretaria de Inspeção do Trabalho do MTE;
- 2) Representante do Ministério da Agricultura e Pecuária;
- 3) Representante da Confederação Nacional do Trabalhadores Rurais- CONTAG;
- 4) Sr^a Aline do Monte Gurgel- Instituto Aggeu Magalhães- FIOCRUZ (Pernambuco);
- 5) Representante IBAMA;
- 6) Representante ANVISA.

JUSTIFICATIVA

O projeto de lei 3.263/2023 de minha autoria propõe regulamentação com vistas a garantir a saúde dos trabalhadores rurais, mediante a imposição de distância mínima entre seus alojamentos e os depósitos de defensivos agrícolas ou das plantações que deles fazem uso.

A necessidade de discutir e debater o referido Projeto de Lei vem da importância de proteger não somente a saúde, mas também garantir a dignidade do trabalho, princípio que está alinhado com as diretrizes estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Agenda 2030, mais especificamente no item 8, que trata do "trabalho decente e crescimento econômico".

O Projeto de Lei em questão propõe importante alteração na legislação trabalhista rural, especificamente no que diz respeito à segurança e saúde dos trabalhadores expostos a defensivos agrícolas. Como é de conhecimento geral, os agrotóxicos apresentam riscos à saúde humana e ao meio ambiente, impactando não apenas os trabalhadores rurais, mas também as comunidades circunvizinhas e a biodiversidade local.

Além disso, a audiência pública proporcionará um espaço democrático para a ampliação do debate em torno do Projeto de Lei, permitindo a participação de diversos setores da sociedade, incluindo





CÂMARA DOS DEPUTADOS

especialistas, trabalhadores rurais, representantes do setor agrícola e ambientalistas. Através desse diálogo, será possível enriquecer o texto legislativo, incorporando sugestões e contribuições que visem aprimorar a proteção dos direitos e saúde dos trabalhadores e a preservação do meio ambiente. Almejamos responder os seguintes questionamentos, dentre outros apontados durante a audiência:

- 1- Como está a fiscalização do MTE em relação aos trabalhadores rurais potencialmente expostos aos efeitos tóxicos dos defensivos agrícolas nos contextos de repouso, quer seja de interjornada ou de alimentação, e nos casos de moradia no local de trabalho?
- 2- Quais os estudos, referências empíricas e protocolos oficiais e/ou científicos adotados pelos órgãos competentes e pela comunidade científica para os trabalhadores do campo em relação aos efeitos tóxicos dos defensivos agrícolas?
- 3- Quais protocolos oficiais são adotados para aprovação de novos defensivos agrícolas e em qual medida são considerados indicadores de intoxicação em seres humanos.

Assim, de modo a debater o tema proponho que sejam convidados representantes de órgãos federais, da comunidade científica e dos trabalhadores envolvidos com o tema, na esperança de que o diálogo possa contribuir para ampliar e melhorar a construção definitiva da regulamentação dos alojamentos das atividades dos trabalhadores rurais.

Conto com o apoio dos nobres pares.

Sala das Comissões, em de de 2024.

Túlio Gadêlha

Deputado Federal – REDE/PE

